



A “casa” em tempos de pandemia: uma questão ética

The “home” in times of pandemic: an ethical issue

Cristiane Pieterzack ^[a]

Curitiba, PR, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Caroline Rosaneli ^[b]

Curitiba, PR, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Como citar: PIETERZACK, C; ROSANELI, C. A “casa” em tempos de pandemia: uma questão ética. *Revista Pistis & Praxis*, Curitiba, Editora PUCPRESS, v. 15, n. 02, p. 181-190, maio/ago. 2023. <https://doi.org/10.7213/2175-1838.15.002.DS02>.

Resumo

Nesta época a qual podemos, sem exagero, definir como “época pandêmica” somos levados a refletir, entre outros temas, sobre o sentido do “habitar”. O “habitar”, atualmente, se transformou em uma questão que nos interpela a pensar um “reinício” a partir da descoberta de sentidos prioritários para a existência humana. O objetivo deste artigo é trazer à tona o sentido prioritário do “habitar”, uma vez que tal sentido se apresenta revelador, não somente da tragédia que atravessamos recentemente e da qual ainda não temos certeza alguma de que nos livramos, mas também, e sobretudo, da complexidade das interrelações que nos constituem seres éticos. A metáfora da “casa” servirá como chave de leitura, seja do pensamento aristotélico quanto do pensamento levinasiano, no que diz respeito ao habitar a partir de uma filosofia prática e de uma ética-metafísica.

Palavras-chave: Casa. Habitar. Pandemia. Filosofia prática. Ética-metafísica.

^[a] Doutora em Filosofia, e-mail: ir-cris@hotmail.com

^[b] Doutora em Ciências da Saúde, e-mail: caroline.rosaneli@gmail.com

Abstract

In these times, which we can, without exaggeration, define as “pandemic times”, we are led to reflect on the meaning of “the home”, among other themes. Living, nowadays, has become a question that challenges us to think about a “new beginning” based on the discovery of essential meanings for human existence. The objective of this article is to bring to light the priority meaning of “to live”, since such meaning is revealing, not only of the tragedy that we have recently gone through and from which we are still not sure that we are free of, but also and above all, of the complexity of the interrelationships that make us ethical beings. The metaphor of the “home” will serve as a key for reading both Aristotelian and Levinasian thought, regarding the home from a practical philosophy and a metaphysical ethics.

Keywords: Home. Dwelling. Pandemic. Practical philosophy. Metaphysical ethics.

A relação entre a pandemia de SARS-Cov-2 e o sentido ético do “habitar”

A pandemia de SARS-Cov-2 alterou muitos aspectos da vida cotidiana e, em particular, colocou em evidência algumas necessidades e exigências da vida doméstica, levando a uma série de alterações no comportamento do ser humano e na utilização dos espaços. Com a pandemia de SARS-Cov-2 verificou-se, por exemplo, que 95% da população que foi contaminada com a doença vivia em áreas urbanizadas, e que as pessoas mais afetadas foram aquelas que viviam em moradias inadequadas, superlotadas e de difícil acesso¹.

No interior das casas, os problemas mais comuns encontrados durante a emergência dizem respeito ao espaço disponível para cada habitante, a partilha dos espaços e a “hiperconvivência”. Habitados a longas horas fora de casa, na cidade, as pessoas se sentiram catapultados para dentro de suas casas obrigadas a repensar rapidamente os espaços de relação em ambiente doméstico. E assim foi feito por aqueles que puderam e tinham o lar para se abrigar. Muito provavelmente em vista da autoproteção e da proteção de sua família ou das pessoas próximas, mas também, paradoxalmente, por um certo sentido “cívico”, “comunitário”, de “pensar-no-outro” que aflorava e mostrava a urgência do “retirar-se” na própria casa, apesar das condições das habitações e do clima da convivência não serem os melhores.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o coronavírus uma pandemia global-urbana. As reações imediatas de Wuhan a Roma, de Tóquio a Brasília, de Paris a Nova York, foram o isolamento em casa e o vazio nas ruas. Em todas as cidades do mundo sobreveio uma grande ausência: a do ser humano. O vazio que se espalhou como um vírus nas cidades, praças e ruas, leva-nos hoje a buscar o ser humano em sua “casa” e a tentar compreendê-lo na sua relação com o habitar. Por um lado, o vazio das cidades conduziu inevitavelmente a não poucas considerações que acentuavam o caráter trágico, inesperado², acidental, aleatório e até apocalíptico da pandemia. Por outro lado, o vazio dos espaços urbanos possibilitou uma avaliação da existência para além do caos cotidiano e frenético da vida, mostrando não somente a capacidade do ser humano de se unir para o bem comum, mas também a importância das relações domésticas, negligenciadas antes da pandemia.

Como sabemos, a casa representa uma referência essencial para o ser humano na compreensão da sua existência. Todos os mitos fundadores fazem referência a ela³. Quando pensamos no conceito de casa, nos vêm a ideia de segurança, de defesa, de proteção do mundo externo. “Sentimos” que a casa se localiza sempre naquela linha tênue que separa o que está dentro e o mundo lá fora. Todavia, este espaço que ela ocupa é específico, geométrico, linear. A casa existe para que possamos “voltar” a ela depois de estarmos no mundo e, ao mesmo tempo, é o refúgio onde recarregamos energias (físicas, mentais, espirituais ou afetivas) para voltarmos ao mundo. Encontrar um refúgio é o gesto mais natural que o ser humano pode fazer para se proteger, e usar o meio ambiente, e o ambiente construído é a primeira estratégia que o ser humano encontrou para controlar e limitar a propagação de doenças.

A pandemia de SARS-Cov-2, a covid-19, mostrou ser capaz não só de desequilibrar, mas também de destruir essa fronteira entre o “doméstico” e o “mundo”. Hoje a casa acolhe e reflete tanto o mundo externo como o trabalho, lazer ou estudo, quanto o mundo interior, as condições mais psíquicas de cada um, a necessidade de um “espaço

¹ Ver: <https://covid19.who.int/>

² É opinião generalizada entre os especialistas, de que as diferentes pandemias não são totalmente inesperadas. P. Grassi, no seu artigo “La (previdibile) sorpresa” afirma que a covid-19 representa uma presença muito indesejável de alguma coisa que foi procurada e encontrada. De fato, a pandemia é atribuível também, e sobretudo, à exploração massiva de *habitats* naturais de diferentes espécies animais que, cada vez mais diretamente, entram em contato com humanos, às jamais superadas dificuldades do nosso sistema de saúde e aos estilos de vida que agridem a sustentabilidade do Planeta Terra (GRASSI, 2020, p. 11).

³ Somente a título de exemplo, recordamos que tema da casa, do espaço, do lugar, foi amplamente considerado pelo povo que deu origem ao texto bíblico, e que, paradoxalmente, era um povo nômade. Na experiência espiritual do povo bíblico, o tema do “lugar” é central na relação com Deus. Já nas primeiras páginas do Livro do Gênesis, o Senhor Deus, a fim de instaurar um diálogo sincero com o homem primordial, vale-se da pergunta sobre o lugar como uma alternativa à pergunta ontológica “Quem é você?”. O Senhor faz ao homem uma pergunta ética: “Onde você está?” (Gn3,10). É uma pergunta ética porque interroga sobre a posição de Adão diante da vida e das coisas. É como se perguntasse: “Onde” está o seu coração agora? Pergunta à qual temos capacidade para responder. Podemos não saber quem somos, mas sempre sabemos que posição ocupamos. Adão, então, responde na sinceridade e verdade: “Estou com medo”. Ou seja, a casa que ocupo agora, o lugar de onde vejo o mundo neste momento, é o medo.

psicológico”, a intensificação das relações e a interpretação delas. Toma forma a ideia de que habitar a casa, assim como habitar a terra, é uma questão de ética, nos dois sentidos que abaixo delinearemos, vale dizer, ético-prático e ético-metafísico. Portanto, não podemos abordar a questão do “habitar” a partir de generalizações triviais relacionadas aos nossos estilos de vida e locais de vida particulares. A ética do viver pós-pandêmico – apesar de não estarmos totalmente conscientes disso, pressupõe um “entre-nós”, um estar com os outros e consigo mesmo em um ambiente humano e não humano (evocativo de todos os elementos da natureza), por meio da recuperação da nossa diferenciação, da nossa solidão e, em última análise, da nossa responsabilidade individual e coletiva.

Ser para habitar ou habitar para ser? Da ontologia à ética e vice-versa

O habitar e o ser têm referências recíprocas e um fundamenta o outro. O habitar é uma condição, um estado: muitas vezes o “eu sou...” equivale a dizer “eu moro em...”. Esta pertença a um “terreno” físico, social e cultural contribui para a construção do “ser” do indivíduo. Nascemos em uma família e, portanto, em uma “casa”, seja qual for a forma como foi construída ou como nela vivemos. Habitar, portanto, não é um comportamento que acompanha a existência; é a própria existência expressando-se como “casa”, é o modo próprio de ser do “ser humano”.

A relação entre ser e habitar, que acima delineamos, advém da afirmação heideggeriana segundo a qual o ser humano “é” enquanto “habita”⁴; o que significa dizer que só o ser humano propriamente habita. Nesta perspectiva, o “habitar” liga o modo de ser do humano – ontologicamente falando: do humano enquanto mortal – ao seu agir (cuidar, cultivar ou construir), de modo que toda e qualquer ação não é outra coisa senão aquela forma ou expressão do único “habitar” que é a “cura”, termo este que também pode ser traduzido por “cuidado”. Sendo assim, o vínculo entre o habitar e os verbos da ação resulta evidente: habitar significa cuidar, construir, cultivar, numa palavra, “fazer economia” que é o modo de cultivar este terreno intermédio entre o “espaço doméstico” e o “espaço do terceiro”⁵.

O que aqui chamamos “espaço doméstico” é este “lugar do meio” onde o ontológico e o ético se entrelaçam e que o filósofo Bachelard, em sua *Poétique de l'espace* (1912), chamava de “ventre materno”, indicando, assim, de um lado, a intimidade do espaço doméstico e, do outro, a possibilidade de relação espacial com o mundo. A relação com o mundo se inicia pelo despertar da linguagem, e, assim que isso acontece, inicia-se um “fazer” que poder ser chamado de “econômico”. Começamos a “fazer casa”, ou seja, a construir relações e a interligar coisas e objetos, a nomear, a mover, a redimensionar e ressignificar tudo o que entra em contato com o nosso “ser”: uma pedra não é mais e jamais será simplesmente uma pedra, mas é o ponto fixo no qual me apoio para ver o mundo. E. Coccia, no seu *Filosofia della casa* (2021), defende precisamente que “não há casas, há apenas o ‘fazer’ casa”, isto é, “significar”, realizar – pela linguagem – o aproximar-se das coisas. O filósofo espanhol J. M. Esquirol (2021) vem desenvolvendo uma abordagem filosófica da proximidade, partindo exatamente do gesto de “casar” com todo o seu vocabulário doméstico (juntar, sair, entrar, voltar, nomear, esperar). Para Esquirol, uma civilização que pretende ser mais humana, deve fazer do mundo uma casa, muito mais do que sair de casa para dominar o mundo (cf. 2021, p. 12).

A casa é, assim, uma metáfora da existência enquanto “espaço do vivido” e não simplesmente um espaço arquitetônico, é a metáfora de um modo de existir, que desde o início se apresenta como ético, é a metáfora sobre a qual humanidade tem urgência em refletir neste “período pandêmico”. Importante ressaltar que é necessária lucidez e

⁴ “O que significa: *ich bin*, eu sou? A antiga palavra *bauen* (construir) a que pertence *bin*, ‘sou’, responde: ‘*ich bin*’, ‘*du bist*’ (eu sou, tu és) e significa: eu habito, tu habitas. A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o *Buan*, o habitar. Ser homem significa: ser na terra como um mortal, ou seja, habitar. A antiga palavra *bauen* (construir) diz que o homem é à medida que habita. A palavra *bauen* (construir), porém, significa ao mesmo tempo: proteger e cultivar, a saber, cultivar o campo, cultivar a vinha. Construir significa cuidar do crescimento que, por si mesmo, dá tempo aos seus frutos” (HEIDEGGER, 1976, p. 127).

⁵ Existe hoje uma vasta literatura sociológica, psicológica e filosófica sobre a figura e o papel do “terceiro” nas relações. No presente trabalho, o “terceiro” aparece na função mediadora ao interno das relações sociopolíticas.

esperança para enfrentar o tempo contemporâneo com todas as suas incertezas e indiferenças em busca do habitat de cada um. Dentro de cada um de nós há fomes específicas, para crescer, permanecer e pertencer (cf. ROSANELI, 2020).

Entre filosofia prática e ética-metafísica

Como vimos, o ser humano existe habitando, ou seja, vivendo no espaço que o cerca. Se assim raciocinarmos, isto é, partindo do ser humano e da sua habitação, podemos deduzir que: a) esse modo de “existir habitando”⁶ se configura como uma espécie de “economia”, como se houvesse uma certa ordem ou “lei da casa” que orienta os que nela habitam, e que pode ser descrita em termos de ética enquanto filosofia prática; b) esse modo de “existir habitando” o mundo, não representa uma “caída”, mas uma “transcendência”, uma abertura ao “mundo”, aqui entendido no sentido de alteridade respeito ao ser⁷, ao “mundo” ou tudo aquilo que não permite ao ser de comportar-se de modo “neutro” ou “impessoal”.

O ser humano não é simplesmente “lançado no mundo”, ele é imediatamente “acolhido em uma casa”, acolhido pelo “outro” no corpo, linguagem, sensibilidade, racionalidade ou pelo mundo; esse mesmo “outro” que lhe servirá de mediação para que ele possa acolher ainda um outro, o “terceiro”. Dois filósofos que nos ajudam a pensar a complexidade do entrelaçamento das relações de intimidade do “terceiro” são precisamente Aristóteles e Emmanuel Lévinas, o primeiro pela sua filosofia prática, o segundo enquanto expoente de uma ética-metafísica.

Aristóteles evidencia o que aqui chamaremos de “economia” ou “lei da casa”⁸. Uma relação econômica é aquela que busca encontrar a “justa medida”. O ser humano não pode deixar de sentir a urgência de encontrar a justa medida, pois, na casa, não existe uma zona eticamente neutra. Além disso, quando se fala de justa medida em referimento à casa, esta não é obtida pelo resultado de um cálculo matemático. A justa medida em relação ao “habitar” implica um “construir” que não se limita a uma mecânica combinação de materiais, cálculos, dados ou formas vazias⁹. Vale dizer ainda que a justa medida não é tarefa reservada a alguns seres humanos, é responsabilidade de todos na relação com o “terceiro”. Portanto, na filosofia prática própria de Aristóteles, a economia ou, se preferimos, a “lei da casa”, pode ser descrita como “justa medida” toda vez que, considerando as circunstâncias particulares, o ser humano deve conhecer, discernir e decidir realizando a equidade.

Lévinas, por sua vez, elabora uma ética de caráter metafísico, evidenciando a alteridade que habita a subjetividade – que ele chama de relação do “um pelo outro” – prescindindo da liberdade, e sem que o sujeito tenha que cumprir qualquer gesto ou qualquer juízo, muito embora, sem o sujeito, está relação do “um pelo outro” não aconteceria. É uma responsabilidade “primordial”, “originária”, entendida muito mais como uma vocação, do que como uma decisão. Temos assim, uma reinterpretação da subjetividade, diferente da ideia de sujeito autônomo da modernidade: a subjetividade aqui, é o “um pelo outro” que se realiza como proximidade até chegar à substituição. É, de fato, uma relação que envolve a máxima passividade do sujeito, que deve assumir a gratuidade da responsabilidade sem reconduzi-la a um ato voluntário e livre, como acontece na filosofia prática.

Portanto, podemos dizer que Aristóteles e Lévinas nos levam a refletir tanto sobre a medida justa do nosso estar no mundo, dentro do mundo, quanto sobre nossa “abertura ao outro” que faz de nós seres “expostos” à alteridade. O ser humano habita porque é habitado por um outro. Por isso, mais do que uma construção física, a casa é metáfora desse “lugar” ético que nos constitui, e do qual ainda temos que encontrar palavras para descrever e significar.

⁶ “Habitação habitada” é uma expressão usada pelo Prof. Silvano Petrosino em seu *Lo spirito della casa: ospitalità, intimità e giustizia* (2019, p. 23).

⁷ O “habitar” implica um “construir” que não se limita a uma mecânica combinação de materiais e formas já dadas. A alteridade, por exemplo, não pode ser construída, como já recordava J. Derrida: “O outro é precisamente aquilo que não se inventa” (2008, p. 65), que não se constrói.

⁸ Trata-se de uma “regulação da *oikos*”, buscando a justa medida, como dizia Aristóteles, ou o “justo equilíbrio entre as alteridades que o sujeito não pode (ou não deve) jamais transcurar, mas, das quais também sabe que jamais poderá ter um conhecimento pleno, claro e distinto” (PETROSINO, 2011, p. 59).

⁹ Ninguém habita a pura forma, assim como ninguém consegue habitar o puro concreto, o material, a “casa mineral”, segundo uma expressão de E. Coccia: “o piso, o teto, as paredes – escreve Coccia – são, por definição, inabitáveis” (2021, p. 42).

A nosso aviso, este momento pós-pandêmico que estamos atravessando e que nos atravessa, nos convida não só a confiar na ciência, mas também a aproximarmos-nos do simbólico subjacente aos problemas sobre os quais a ciência se debruça. Precisamos recuperar figuras metafóricas que habitam o fundo das nossas relações, para encontrar as palavras sem as quais não teremos condições de acolher esse momento que nos atravessa. O momento atual nos ensina que além de “higienizar” os locais físicos, devemos também sanificar nossos pensamentos e, sobretudo, nossa linguagem, que é a expressão mais própria do pensamento, pois temos experimentado que não é suficiente garantir a não circulação de vírus, precisamos que palavras e gestos sejam saudáveis e devolvam a nós mesmos, e aos outros, a possibilidade de habitar uma casa, um mundo.

Contribuições filosóficas à ética da casa

A partir do que foi dito até aqui, podemos definir “casa” como o *habitat* humano por excelência, pois só o ser humano habita um ambiente ético. É este o seu espaço vital, o centro a partir do qual “vê o mundo”. É também o lugar da domesticação. Existe toda uma filosofia em torno do domesticável, do manuseável, apesar do risco de, na prática, transformar o doméstico e o manuseável em objeto de dominação. Na teoria, porém, domesticar significa, literalmente, levar para casa, aproximar, trazer para dentro ou para perto, estabelecer com o “outro” – seja ele um objeto, uma pequena porção do mundo ou um “tu” – uma relação de intimidade. Recordamos que a relação “doméstica” e imediata por excelência é a relação intrapessoal, pois durante toda a sua existência o ser humano tenta apropriar-se da própria consciência, tenta “domesticá-la”, para torná-la íntima a si próprio. A casa se torna, assim, seu “mundo mais próprio”. A expressão francesa *Chez moi* mostra, de fato, a equivalência entre o “em mim” e “em minha casa”.

O “em minha casa” não indica que o ser humano não vive fechado “em si”. Na verdade, uma casa nunca é fechada, de outro modo não seria uma casa, mas uma prisão. O ser humano é aberto. Por isso, sua casa é feita de portas e janelas, de aberturas “para fora”, o que significa dizer que o seu “mundo doméstico”, “íntimo”, não é um mundo igual a si (“mesmidade” em linguagem levinasiana), e sim o ponto de partida de uma experiência humana que se abre e se alarga. Em termos rigorosos, portanto, podemos dizer que não existe casa sem intimidade, e que esta é o ponto de partida para a saída. A casa é, por um lado, um “outro” que nos acolhe e na qual podemos nos retirar em nós mesmos; por outro lado, é uma abertura – uma abertura em nós – destinada à hospitalidade do outro.

Precisamente porque a experiência humana é estruturalmente aberta ao outro e à multiplicidade de outros, isto é, à alteridade do “terceiro”, é que a casa está sempre sujeita à “desordem”. A casa é, então, sempre “casa dos outros”, espaço já ocupado por outros viventes. Para contrapor essa “desordem” simbólica, é necessário repensar o sentido de justiça. Diferentemente da relação com o outro na vivência em sociedade, que exige justiça no sentido de igualdade, leis universais e de direitos iguais para todos, para contrapor a desordem simbólica, os “universais” e as medidas exatas do “igual para todos” não são suficientes. Podemos dizer, então, que as leis não esgotam o sentido de justiça. Segundo Aristóteles, em uma relação que se pretende “doméstica”, há a necessidade de uma outra *ratio*, de uma outra medida, diferente do mero cálculo matemático ou da mera aplicação da lei, sem contextualização ou sem consideração do “caso”.

A este modo outro de medir, de calcular, chamamos “equidade”: conceito ético-prático de herança aristotélica que jamais se perdeu ao longo da história, ao contrário, foi capaz de conservar no tempo o sentido do “habitar domesticamente” segundo a “lei da casa”. Habitar segundo a “lei da casa” significa buscar a justiça na forma da equidade. Prova disso é o fato que “dentro” de casa nunca uma divisão é feita em partes iguais, mas sempre levando em conta as diferenças. A nosso aviso, este é o ponto nevrálgico de toda decisão em bioética. Estamos sempre diante da emergência de ter que individuar o modo melhor de habitar, aquele sutil equilíbrio ou “equidade” que deve caracterizar o nosso “estar-junto-em-um-mesmo-lugar”.

Dado que a casa é um evento essencialmente ético-metafísico, é plausível supor que o “habitar” coincide com a vida mesma do “humano” em todas as suas manifestações? Não é simples responder, porque nem sempre e nem todas as nossas “habitações” revelam-se como “casa”. Por vezes, elas são como cárceres ou campos de batalha de autênticas “guerras entre mundos”, ou seja, entre *egos*, onde vige a lei do mais forte. O mais profundo desejo humano, porém, é de ser e construir casa, aquele lugar onde, de fato, se dá a suspensão da lei do mais forte em prol de “outra lei”. Por isso, na maioria das vezes, adaptamos a medida do nosso ego à medida criança, do idoso, do doente, do adolescente, daquele que está em depressão, do desempregado. Na grande maioria das vezes, calculamos e dividimos levando em conta o outro. Quando isso acontece, a “casa” passa a ter também um sentido epistemológico, torna-se “objeto” de estudo, por exemplo, da bioética, ciência de fundamental importância neste nosso século, sobretudo agora, depois da experiência da pandemia.

Voltando à filosofia, podemos dizer que, do ponto de vista levinasiano, trata-se de “encontrar o outro” sem assumi-lo, de acolhê-lo “na própria casa” sem sujeitá-lo a nada ou ainda, trata-se de “padecer” o outro, de transportá-lo no próprio corpo, na própria pele, antes mesmo de ele “entrar no mundo”, antes de ser “concebido”, ou seja, antes mesmo de ele se tornar uma ideia. Trata-se de “encontrar” o outro de modo imediato e acolhê-lo eticamente na nossa própria morada. Lévinas intitula um capítulo inteiro da Segunda Seção de *Totalité et Infini* – “La demeure”, literalmente, “A morada” –, para dar “significância” a uma subjetividade que, de modo inédito, é descrita em termos domésticos: subjetividade é acolhida, é “intimidade do si”, é recolhimento “em casa”. Escreve Lévinas:

O homem mantém-se no mundo como vindo para ele a partir de um domínio privado, de um “em sua casa”, para onde pode, em qualquer instante, retirar-se. O homem não chega ao mundo vindo de um espaço intersideral onde já é patrão de si e a partir do qual teria, a todo o momento, de recomeçar uma perigosa aterragem. Mas não se encontra nele brutalmente jogado e abandonado. Simultaneamente fora e dentro, vai para fora a partir de uma intimidade. Por outro lado, a intimidade abre-se dentro de uma casa, que se situa nesse fora (2012, pp. 155-156).

A casa é o lugar onde me retiro (recolhimento) e onde posso acolher (proximidade), mas é também o lugar onde sou acolhido. Dito em termos menos metafóricos, o sujeito é hóspede na linguagem – ou, se preferimos, na razão – que é o “outro” respeito à sua própria subjetividade. E, vice-versa, a aristotélica “lei da casa”, a economia, possibilita ao ser humano uma certa “governança” sobre a razão, direcionando-a a tomar decisões que sejam justas ou equitativas. O “patrão da casa” é aquele que sai da solidão natural do seu intelecto e vai na direção dos vários “sentidos” da verdade.

Palavras que fazem acontecer: #fiqueemcasa

Que a palavra faz acontecer um evento – seja interior ou exterior – demonstrou-se com a utilização, durante a pandemia, da *hashtag* “*stayathome*”, “fique em casa”. Quase como um comando, o #fiqueemcasa nos preparou interiormente para longas jornadas passadas em ambiente doméstico. Um discurso ou uma palavra sobre a casa é fundamental, diria, urgente, para uma melhor compreensão do entrelaçamento entre a responsabilidade do “um-pelo-outro” da relação íntima e o movimento do “um-para-todos”, próprio das estruturas sociais e institucionais onde se encontra o “terceiro”. É errôneo pensar que existe dicotomia entre estas duas tipologias de relação. Trata-se de atuar uma linguagem que seja capaz de promover o justo equilíbrio na sociedade, nas instituições, nas políticas públicas e que seja igualmente capaz de acolher o outro na sua unicidade, ou seja, enquanto alteridade, respeito à qual o sujeito jamais poderá ter um conhecimento pleno, claro e distinto (cf. PETROSINO, 2011, p. 59).

A “lei da casa” (ou ciência da casa) representa a abertura para com a alteridade que “impõe um certo rigor da razão, e não mais somente da inteligência” (PETROSINO, 2011, p. 55). Escreve Aristóteles: “A administração doméstica é uma ciência que concerne o patrão de casa” (2013, p. 81). É exatamente esta definição originária de casa

como economia, do grego *oikos*¹⁰ (*domus* em latim) e *nomia* ou *nomos* (regulamentação, norma, lei), que revela toda a complexidade da experiência humana do “habitar”.

A *oikonomia* clássica é uma responsabilidade pelo “terceiro” e implica a organização funcional de uma ordem em vista de um bem, seja ele material ou não. O modelo de tal ordem é natural, mas a sua boa gestão exige análise das situações particulares. Pela “lei da casa” orientamos nossa vida social, gerenciamos o tempo, os espaços, os nossos próprios interesses, os nossos afetos, estudos, trabalho, ritos, culto e memórias. A partir dessa ciência da casa, organizamos e governamos a nossa vida. Até aquela casa que já não existe mais, continua, pela memória, orientando a nossa vida, pois, como bem mostrou Lévinas, a casa possui também um sentido ético-metafísico que ultrapassa o tempo cronológico:

no sistema de finalidades em que a vida humana se sustenta – escreve Lévinas – a casa ocupa um lugar privilegiado [...]. O papel privilegiado da casa não consiste em ser o fim da atividade humana, mas em ser a sua condição e, nesse sentido, o seu começo. O recolhimento necessário para que a natureza possa ser representada e trabalhada, para que se manifeste apenas como mundo, realiza-se como casa (1988, p. 155).

Como vimos, “a morada” existencial de Lévinas e a aristotélica “ciência da casa” encontram-se fortemente relacionadas e implicadas: em ausência da condição inicial, íntima, familiar ou “econômica”, onde não é possível nem mesmo projetar a coesão social e política. A condição econômica, portanto, é anterior à construção econômica, ou seja, o fato de sermos um “habitante habitado” não representa o fim último do humano, mas em ser a condição de sua existência, e, nesse sentido, o início” de toda e qualquer decisão e ação.

O “sentido” casa, portanto, se situa no limiar¹¹ entre interioridade e exterioridade. O ser humano tanto é capaz de recolhimento quanto de abertura à exterioridade. O seu recolher-se na habitação, portanto, não tem o significado de refúgio ou de esconderijo, tampouco de fuga, uma vez que o recolhimento se dá em um lugar que não é somente seu, nem completamente seu, mas em um “outro”, que o acolhe. Este claro reenvio à alteridade, à hospitalidade do outro, dá ao ser humano condições para uma suspensão, para um retirar-se do meio dos “elementos” do mundo e habitar um sentido (linguagem) como se habita uma casa.

Podemos chamar de linguagem da proximidade ou da gentileza esse modo de habitar que se dá como suspensão da agressividade, da hostilidade e da violência. Só quem é gentil¹² pode ser “patrão” de um sentido. Tem razão Freud ao afirmar que o homem não é senhor (*patrão, dominus*) na própria casa (2010, p. 251). De fato, inicialmente, o ser humano é um hóspede, um estrangeiro em casa própria (*xénos patrikós*). Mas resta o fato que a razão – esta capacidade humana de transcender os fatos, a vida, os elementos do mundo, esta “casa” onde nos retiramos – flexiona-se sobre os fatos, a vida, o mundo e nos faz aproximar deles e a tomá-los em consideração. A casa pertence ao ser humano não enquanto ele é o proprietário, mas enquanto esta lhe diz respeito e o reenvia às coisas. Deste ponto de vista, mesmo quando não somos proprietários da casa “física” onde habitamos, esta nos acolhe em intimidade (cf. PETROSINO, 2011, pp.157-158) e nos dá possibilidade de um discurso com sentido para nós.

¹⁰ Para lançar luzes sobre este termo, nos remetemos à *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, de E. Benveniste, onde o autor explica que *domus* significa ‘casa’ como uma noção familiar, social e moral e que não tem a ver absolutamente nada com construção material. Do mesmo modo, no grego (*oikos*) significa partilhar (dividir) cotidianamente “nutrimento e culto” (BENVENISTE, 1976, pp. 230-239).

¹¹ M. Meschiare denomina “pórtico” esta zona limite da entrada-saída, abertura-fechamento. O pórtico, escreve, é esta “faixa de resistência às forças exógenas e endógenas, área de adaptação e regeneração, o pórtico não é mais ou não é ainda ‘casa’” (2028, p. 12). O pórtico, a portaria, como também a figura do porteiro foi objeto de recente estudo no departamento de Arquitetura e Design do Politécnico de Turim, que chegou à conclusão que, nesta situação de emergência sanitária que a covid-19 trouxe, é essencial incentivar a implementação do serviço do porteiro para prestar ajuda concreta e imediata aos cidadãos em dificuldade, melhorando as relações de vizinhança e requalificando as zonas mais degradadas de prédio e condomínios (cf. *Teorie e pratiche dell’abitare durante e dopo il COVID-19: Spazi e approcci prestazionali verso una logica sostenibile*, 2021, pp.).

¹² Do latim *gentilis*, derivado do grego *tà éthné* “os povos” (as gentes, os gentios); grupos familiares reconhecidos como pertencentes à mesma gente; aqueles que pertencem a um povo diverso e, mais genericamente, os “outros”.

Portanto, é sempre “nossa casa”, nosso recolhimento e mesmo quando estamos ausentes, permanecemos presente na casa que continua a falar sobre nós.

Uma casa, se é realmente tal, nunca está realmente desabitada. Isto se dá porque, falando do sujeito que a habita, a casa “fala” também daquilo que sobre o qual o sujeito não fala, nem mesmo para si próprio: seus sonhos, medos, ilusões, fantasmas, esquecimentos, tradições ou manias. Em tal modo, a casa se configura como “lugar da palavra”, do sussurro, do clamor; lugar não somente da palavra escrita ou falada, mas da voz, do cheiro, do gosto e das cores. Não é totalmente verdadeiro o ditado popular que diz: “A palavra dita voa, a palavra escrita permanece”. A palavra, na verdade, não voa nem permanece, ela toca, é tátil, e tocando pode ferir ou curar, destruir ou fazer desabrochar; tocando, nos aproxima uns dos outros e das coisas.

Conclusão: juntos no mesmo lugar

A este ponto da nossa reflexão, queremos apresentar duas considerações finais. A primeira recolhe e resume o pensamento dos filósofos aqui trabalhados e vai na seguinte direção: tanto para Aristóteles quanto para Lévinas, a subjetividade não é redutível à solidão “do ser lançado no mundo”, tão caro a Heidegger, nem àquela forma de subjetividade em que existe apenas o “eu”, tão própria da modernidade. Ao contrário, para Aristóteles, o ser humano busca naturalmente, seja em termos econômicos ou políticos, o encontro com o outro; e, para Lévinas, mais radical na sua interpretação, a subjetividade é ética, é o “guardião do outro” e seu responsável último. Para ambos, não há no humano nenhuma razão que justifique a indiferença, a solidão, a exclusão ou o abandono. Habitar significa poder “estar-juntos-num-mesmo-lugar”. Para os dois filósofos citados, “estar-juntos-num-mesmo-lugar” por sentido e não por necessidade, é o traço mais visível da passagem do ser humano no mundo.

Uma segunda consideração é sobre a complexidade da vida doméstica que acabou se revelando durante e após a experiência pandêmica. Por décadas estivemos focados no trabalho e nas realizações “fora de casa”, ao invés de construir laços dentro das paredes de casa. Milhares de famílias tinham aprendido a viver separadas, distantes, e a casa era, para muitos, um local de passagem, um lugar onde dormir. Pensemos nos bairros dormitório de nossos subúrbios e periferias, pensemos no tempo passado em outros espaços de realização pessoal como os locais de trabalho, lazer, diversão, agregação, educação e treinamento ou de distração. Todo esse tempo teve que ser vivido inteiramente dentro das paredes de casa. Em suma, estávamos acostumados a viver em todos os lugares, exceto que em casa.

Assim, súbita e abruptamente, conviventes e casados, famílias com crianças ou idosos, casais separados ou em crise, todos foram levados a compartilhar vinte e quatro horas os espaços das casas desenhadas em formato reduzido, estreito, às vezes degradado, sem espaços abertos, enfim, sem casas ideais e satisfatórias para as necessidades de todos. E não é só isto: o que fazer e não fazer em casa? O “como” ficar em casa se transformou em um problema, pois não para todos, o estar junto expressa um sentimento reconfortante. Sem querermos apresentar soluções – não era este o objetivo do texto – podemos, contudo, assinalar que a pandemia, de um lado, confirmou a ideia de que o nosso modo mais próprio de habitar o mundo é ético; e, de outro lado, que temos que readquirir o senso de proporção, sinônimo de respeito e possibilidade de aproximação do outro sem tentar reduzi-lo ao espaço restrito e estreito do nosso ego.

Referências

ARISTÓTELES. *Política*. Milano: BUR, 2013.

LÉVINAS, E. *Totalità e Infinito*. Saggio sull’esteriorità, Milano: Jaca Book, 2012; orig. francês, Totalité et Infini. Essai sur l’extériorité (1961), Paris 1961.

- BACHELARD, G. *Poétique de l'espace*. Paris: Le Quadrige, 2012.
- BENVENISTE, E. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Paris: Minuit, 1976.
- BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB (2° ed.), São Paulo 2002.
- COCCIA, E. *Filosofia della casa: lo spazio domestico e la felicità*. Torino: Einaudi, 2021.
- DERRIDA, J. *Psique, a invenção do outro*. Milano: Jaca Book, 2008.
- ESQUIROL, J. M. *Humano, más humano: una antropología de la herida infinita*. Barcelona: Acantilado, 2021.
- FREUD, S. Uma dificuldade da psicanálise. In: *Obras completas: “O homem dos lobos” e outros textos*. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 240-251.
- GRASSI, P. “*La (prevedibile) sorpresa*”, in *La fede e il contagio nel tempo della pandemia*. Roma: Editrice Ave, 2020.
- HEIDEGGER, M. “*Costruire, abitare, pensare*” in *Saggi e Discorsi*. Milano: Mursia, 1976.
- MESCHIARI, M. *Disabitare: Antropologie dello spazio domestico*. Milano: Meltemi, 2018.
- PETROSINO, S. *Capovolgimenti: la casa non è una tana, l'economia non è un business*. Milano: Jaca Book, 2011.
- PETROSINO, S. *Lo spirito della casa: ospitalità, intimità e giustizia*. Genova: Il Melangolo, 2019.
- ROSANELI, C. F. *Fomes Contemporâneas*. Curitiba: PUCPRESS, 2020.

RECEBIDO: 19/06/2023
APROVADO: 03/07/2023

RECEIVED: 06/19/2023
APPROVED: 07/03/2023